



## REFLEXÃO SOBRE O 1º CICLO DE AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO E PROPOSTA DE UM NOVO MODELO

HÉLDER CARRASQUEIRA

Doutorando e Mestre em Economia  
Professor Adjunto na ESGHT/Universidade do Algarve  
hcarrasq@ualg.pt

### RESUMO

Chegados ao final do 1º ciclo de avaliação no Ensino Politécnico, é tempo de se fazer o balanço e reflexão sobre a forma como o mesmo decorreu e até que ponto foram os objectivos alcançados. Assim, o presente artigo começa por um enquadramento do processo no âmbito da economia da educação, no sentido de perspectivar a auto avaliação como uma componente da nova gestão pública, em que a autonomia institucional é acompanhada pelo contraponto de obrigação de regular prestação de contas aos vários stakeholders da educação superior.

Realizamos posteriormente uma apreciação crítica do processo de avaliação e levantamos um conjunto de questões direccionadas a todos os que nas instituições se interessam pelo futuro das mesmas. Propomos pois uma reflexão, até para que cada interessado se interrogue sobre se os objectivos da avaliação foram cumpridos, enquanto instrumento de boa gestão e aumento da competitividade. Completamos esta fase com a opinião notável do Professor Veiga Simão.

Finalmente, depois de uma década acompanhando os processos de avaliação no ensino superior, atrevemo-nos a propor um novo modelo de avaliação, centrado nas instituições e coordenado por uma Agência Nacional de Acreditação.

### PALAVRAS-CHAVE

Avaliação, Acreditação, Stakeholders, Economia da Educação, Gestão Pública, Ensino Superior Politécnico.

### 1. ENQUADRAMENTO GLOBAL DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Desde a década de oitenta que se verificou uma desaceleração do crescimento económico em

### ABSTRACT

Having concluded the 1st cycle of the Polytechnics Education System, it is time to make a balance and reflect upon the way the whole process occurred and question whether our objectives have been achieved. Thus, this article suggests a framework of the process from the point of view of the economics of education, in a way that one can see self assessment as a component of the new public management. In this context, the institutional autonomy is accompanied by the obligation of accountability to the several stakeholders interested in the process of higher education.

Further on, we present a critical view of the assessment process and raise some questions directed to those who are involved in the future of the institutions. Therefore, we suggest giving some thought to this issue, in order to question whether the objectives of the evaluation – considered as an instrument for good management, raising competitiveness – have been fulfilled. We end this phase/chapter by enclosing the opinion of Professor Veiga Simão.

In conclusion, and after a decade of accompanying the assessment in higher education, we have suggested a new model of assessment, centred in the institutions and coordinated by a National Accreditation Association.

### KEYWORDS

Assessment, Accreditation, Stakeholders, Economics of Education, Public Management, Polytechnics Higher Education.



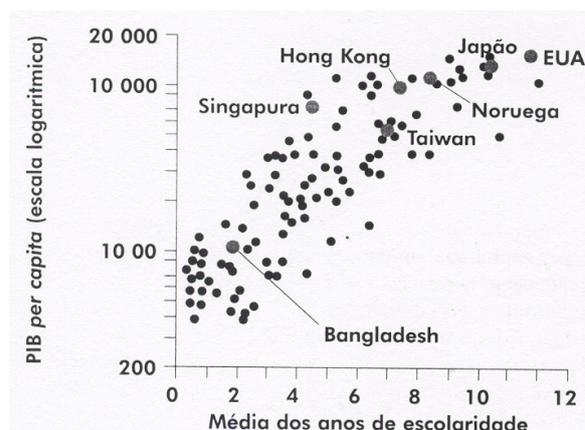
a saúde, segurança social e educação. As dificuldades orçamentais que desde então se vieram acumulando levaram ao desenvolvimento dos designados “Quase-Mercados” em educação. Estes constituem assim uma iniciativa que pretende garantir a satisfação das necessidades colectivas ao menor preço, concretizando-se na separação entre o financiador e o produtor de bens e serviços sociais (nomeadamente educação, saúde ou segurança social). No contexto dos “quase-mercados”, o financiador continua a ser o Estado, mas o fornecedor poderá ser qualquer instituição que se candidate á prestação daquele bem ou serviço, uma vez reconhecida pelo Estado como qualificada para tal, podendo implicar ou não concurso público. Logo, as escolas concorrem por alunos, os hospitais e clínicas por doentes, os lares de terceira idade por idosos. Nestas circunstâncias, do lado da oferta, estas entidades estão sujeitas a situações de competição, facto que as obrigará a produzir de forma eficiente, dado que a manutenção ou acréscimo dos proveitos só será possível à custa de ganhos de eficiência (Cabrito, 2002). Do lado da procura, temos que os consumidores podem escolher entre os vários fornecedores do serviço disponíveis, assumindo o patamar máximo com a política dos vouchers, ou seja, a distribuição de “cheques” ensino, de saúde, de alojamento em lar, etc, pelo Estado, às famílias (Le Grand et al, 1993), permitindo desta forma, a escolha dos fornecedores por parte dos consumidores<sup>1</sup>.

A aplicação dos “Quase-Mercados” no campo educativo visa pois um aumento da eficiência produtiva, ou seja, a minimização de custos para determinada quantidade e qualidade de fornecimento de serviços.

Não sendo possível grande margem de manobra nos níveis inferiores de educação, protegidos pelas obrigações legais de escolarização, o ensino superior torna-se um campo privilegiado de desengajamento do papel do estado no que concerne á redução da despesa pública.

Apesar da opção pelos “Quase-mercados”, o Estado não deixa de considerar a educação como um pilar fundamental da sociedade actual. Para tal contribuíram nomeadamente, as “teorias do desenvolvimento endógeno” e as “particularidades do mercado da educação”. Quanto às primeiras, apenas nos referiremos brevemente ao estabelecimento da relação entre crescimento económico e acumulação de capital humano, sendo que os diferentes ritmos de acumulação justificam as diferenças verificadas ao nível das taxas de crescimento dos países (Lucas, 1988<sup>2</sup>).

Figura 1 – Relação da média de anos de escolaridade com o PIB *per capita*.



Quanto às particularidades do mercado da educação, a intervenção do Estado na regulamentação, promoção, orientação e financiamento da educação, é um facto em todos os países e justifica-se nomeadamente por três razões, de acordo com Eicher (1997):

- A natureza semi-pública do bem educação, decorrente do conjunto de externalidades que produz<sup>3</sup>;
- A informação incompleta que chega aos indivíduos, a falta de transparência do mercado e a existência de risco relativamente ao investimento efectuado<sup>4</sup>;
- A necessidade de aumentar os níveis de equidade na distribuição e consumo de educação<sup>5</sup>.

Independente da opinião que tenhamos sobre os “Quase-Mercados” ou sobre o “papel do Estado na educação”, é hoje um facto que vivemos um novo modelo de governância conhecido por New Public Management e que procuramos sintetizar no esquema nº1.

Neste contexto, o Estado aparece como regulador da eficiência e equidade. A regulação pode ser definida (Jongbloed, 2004:91) como “a imposição de restrições governamentais afectando a livre capacidade de decisão dos indivíduos e sociedade, relativas aos seus direitos e liberdades”. A regulação é frequentemente apoiada pela ameaça de sanções e pode tomar a forma de leis, formas de controlo e regras impostas pelo governo, mas podendo também assumir a forma de leis privadas, normas e auto-regulação. No caso da educação superior, a intervenção no mercado reparte-se por quatro aspectos:



- Regulação (nomeadamente relacionada com a qualidade);
- Financiamento (através de subsídios, taxas, propinas, empréstimos, voucher e, transferências de rendimento).
- Provisão pública (oferta pública de ensino superior);

- Informação/comunicação (no sentido de melhorar o poder de decisão).

No seguimento do objectivo deste texto, vamos então debruçar-nos sobre o primeiro aspecto, relacionado com a forma de como decorreu o processo de avaliação (ou, sendo rigorosos, de auto-avaliação).

### **Esquema nº1 - New Public Management em Educação Superior**